

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA**



**Relatório Final de Atividades
PIBIC/CNPq - BIP UFSC 2003/2004**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO RURAL EM SANTA CATARINA ENTRE
OS ANOS DE 1992 E 2001**

ALUNO: SIDNEI LUIZ NIEDERLE – CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – 7º FASE

**ORIENTADOR: PROFESSOR LAURO FRANCISCO MATTEI – CENTRO
SÓCIO-ECONÔMICO – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Florianópolis, 31 de agosto de 2004.

Assinatura do Candidato

Assinatura do Professor Orientador

AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO RURAL EM SANTA CATARINA ENTRE OS ANOS DE 1992 E 2001

2 - RESUMO

As mudanças estruturais ocorridas no Brasil nas últimas décadas do século XX, fruto do modelo de desenvolvimento nacional apoiado na industrialização por substituição de importações, que esgotou a partir da década de 1980, mudaram substancialmente a dinâmica da produção capitalista no meio rural, causando impactos diretos no mundo do trabalho e nas relações sociais de produção. Neste contexto, o mundo rural passa a representar novos papéis, integrando-se à dinâmica geral do sistema produtivo não mais somente como produtor de alimentos e reserva de mão-de-obra, mas como fornecedor de matérias-primas para a indústria e consumidor de insumos e bens industriais. O presente estudo analisa as transformações no trabalho rural catarinense entre 1992 e 2001, à luz da literatura especializada e a partir dos dados das PNADs/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) retabuladas no âmbito do projeto RURBANO, rede nacional de pesquisa localizada no Instituto de Economia da UNICAMP. Destaca-se a evolução das ocupações rurais não-agrícolas e as novas funções do espaço rural, que não pode mais ser analisado somente a partir das formas tradicionais de produção agrícola.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Ocupações não-agrícolas; Emprego rural; Pessoas.

3 – INTRODUÇÃO

3.1 – Revisão Bibliográfica

Para analisarmos as transformações no trabalho rural Catarinense, temos que considerar as transformações nacionais e mesmo os fatores internacionais que influenciam a dinâmica do trabalho. As modificações ocorridas no sistema produtivo mundial e nacional, especialmente no pós-guerra, levaram a intensas transformações no mundo do trabalho.

Muitos autores que analisam o período entre os anos posteriores à segunda guerra até os dias atuais, consideram dois momentos distintos, um de intenso crescimento, que vai até meados

da década de 1970, e outro pós 70s, caracterizado por sucessivas crises e estagnação econômica. Hobsbawm (1998) classifica as décadas de 1950 e 1960 como “as décadas de ouro do capitalismo”. O período é marcado pelos trabalhos de reconstrução do que havia sido destruído na guerra, tudo sob íntimo controle estatal, e cujas políticas eram embasadas pelos acordos definidos em Bretton Woods. O esgotamento do que Mattoso & Baltar (1996) chamam de “ordem internacional definida em Bretton Woods”, no início da década de 70 – mais precisamente em 1973 quando encerra-se a paridade entre o dólar e o ouro -, dá início a um período de baixo crescimento, estagnação econômica e crise, e como afirma Hobsbawm (1998), a história deste período “é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (Hobsbawm, 1998, p.393).

Ao analisarmos as transformações recentes na economia brasileira, que são a base para a compreensão das mudanças no mundo do trabalho, levamos em conta os distintos estágios do processo histórico-social, sobretudo nos últimos 50 anos do século XX, que levaram à conformação do padrão produtivo atual.

3.1.1 – Modernização, industrialização e formação dos complexos agroindustriais (CAIS).

O processo de modernização da agricultura brasileira é lento e remonta ao século XIX. Intensifica-se , porém, a partir da industrialização do país que se iniciou na década de 1930. Consolida-se, por fim, nas décadas de 1950 e 1960 com a internalização das indústrias produtoras de insumos e bens de capital, o chamado D1 agrícola (Graziano da Silva, 1996).

Segundo Kageyama (1996), por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. Para a autora, modernização, industrialização e a formação do CAIS não significa sinônimos. E explica:

“(…) a modernização da agricultura no Brasil é, pois, um processo “antigo”. Nesta transformação da forma de produzir houve substituição de determinadas culturas por outras e dentro da mesma cultura, por outras variedades modernas. A industrialização da agricultura envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma fabrica que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção” (Kageyama, 1996, p.113).

Graziano da Silva (1996) explica que antes da industrialização da agricultura, vigorava o que chama de complexo rural, onde a dinâmica era determinada pelas flutuações no comércio exterior. A mecanização da agricultura, a mudança nas relações de trabalho e a internalização do DI indica que “o processo de modernização da agricultura brasileira se torna irreversível, iniciando-se assim a industrialização da agricultura brasileira” (Kageyama, 1996, p.115).

Mattei (1998), observa que a partir do pós-guerra os sistemas produtivos agrícolas mundiais sofrem um processo de homogeneização, assentado no modelo produtivo norte-americano denominado “revolução verde”. Este “privilegiou, em seu pacote tecnológico, o uso de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinaria agrícola”(Mattei, 1998, p.21).

O estágio de modernização alcançado, consequência dos fatores acima elencados, permitiu a consolidação dos complexos agroindustriais a partir da década de 1970. Todas essas modificações foram estimuladas e monitoradas pelo Estado, através da implementação de políticas agrícolas, principalmente com a criação em 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Como salienta Mattei,

“isso fez com que a agricultura cumprisse integralmente o papel que lhe fora destinado, ou seja: produzir para o mercado alimentos baratos e em grandes quantidades; adquirir insumos, máquinas e equipamentos fornecidos pela indústria; e produzir para o mercado externo para ajustar a balança comercial do país (Mattei, 1998, p.24)”.

Dessa forma, a ação do Estado brasileiro foi decisiva na conformação do modelo agrícola e no desenvolvimento da agricultura brasileira.

3.1.2 – Crise e flexibilização das relações de trabalho.

A diminuição do ritmo de crescimento das economias dos países desenvolvidos e as sucessivas crises nos períodos recentes impactaram fortemente na economia brasileira. O intenso crescimento registrado nas primeiras décadas do pós-guerra representou um processo de estruturação do mercado de trabalho com uma contínua elevação das ocupações, sobretudo urbanas (o que contribuiu para a acentuada urbanização que se configura neste período). Isso foi possível, segundo Pochmann (2002, p.10), “por meio da industrialização nacional, orientada por políticas macroeconômicas comprometidas com a expansão e proteção da produção nacional (...)”. Estes sinais de estruturação, porém, não foram o bastante para a consolidação do que Castel

(1998) chamou de sociedade salarial, nos moldes do que aconteceu nos países desenvolvidos (Pochmann, 2002).

Porém, juntamente com as crises surgiram diversas iniciativas no sentido de superá-las, o que caracteriza o último período como uma etapa marcada por intensas transformações políticas, sociais e econômicas.

Ao analisar as mudanças na década de 1980, Antunes (1999) diz que “em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendências, mais ou menos embrionários” (Antunes, 1999, p.15).

Os modos de produzir, identificados como Fordismo e Taylorismo, perderam força e possibilitaram o surgimento de novos processos produtivos, como o Toyotismo ou modelo japonês, além de outros exemplos de modos de produção flexíveis. Estas novas formas de produzir exigem outra gama de mudanças que vão desde mudanças estruturais até institucionais, ou seja, a forma de organização do trabalho muda e com ela, mudam as instituições, as leis e as relações sociais de produção.

Identifica-se neste período uma verdadeira reorientação na determinação de políticas por parte do Estado, este indo de encontro com as exigências da nova dinâmica capitalista, sobretudo abrindo caminho para novas formas de regulação que dêem conta do processo de flexibilização que se apresenta. Como mostra Arienti (2003, p.97) “(...) o Estado transformou suas formas e funções para responder à crise da economia a partir da década de 1970 e à sua própria crise financeira, administrativa e política”. Abramo (2000) completa:

“La crisis del taylorismo-fordismo y el surgimiento de nuevas modalidades flexibles de producción cuestionan muchas de las regulaciones típicas del modelo anterior de producción. Sin embargo, todavía está en abierto el proceso de constitución de las nuevas modalidades de relación y regulación laboral. Esa definición, como ya se señaló, es un proceso histórico-social, que depende de la capacidad de los distintos actores de expresar, organizar y negociar sus intereses” (Abramo, 2000,p.6)

Antes de conformar-se uma nova forma de regulação ocorre uma verdadeira desregulação das relações de trabalho, sobretudo no trabalho urbano, intensificando-se atividades precárias, a informalidade e o desemprego.

Na década da 90, abandonado qualquer projeto de desenvolvimento nacional que garantisse o fortalecimento do mercado interno e que pudesse melhor aparelhar o Brasil frente ao mundo globalizado, o país passou a uma abertura externa danosa para a estrutura produtiva e o mundo do trabalho, amparada na máxima de que as condições são dadas e determinadas pela lógica do mercado (Mattoso & Baltar, 1996). Isso leva a implementação de políticas agrícolas liberalizantes, que vão representar o afastamento progressivo do Estado do setor agrícola (Mattei, 1998). Isso não significa que a modernização não tenha avançado nesta década. Tanto avançou, que novos processos se desenvolveram, novas ocupações para as pessoas agrícolas e não-agrícolas surgiram e novos usos do espaço rural são identificáveis (Del Grossi & Graziano da Silva, 2002).

3.1.3 – O Novo rural brasileiro.

As transformações estruturais recentes do sistema capitalista impactaram as formas de ocupação do meio rural, mudando as relações de produção e criando novos tipos de uso do espaço rural. Como resultado do processo de industrialização da agricultura consolidada na formação dos chamados “complexos agroindustriais”, configura-se um problema de delimitação entre o rural e o urbano, resultado da urbanização do meio rural nas últimas décadas¹ (Graziano da Silva, 1999).

Segundo Mattei (2003) estas mudanças conformam uma “nova paisagem rural”, que é analisada pelo autor da seguinte maneira:

- “(…) a) o espaço rural passa a ter outras funções, além daquelas de caráter exclusivamente agrícola, fazendo com que essas últimas atividades se concentrem cada vez mais em áreas específicas com maiores níveis de rentabilidade;
- b) o processo de trabalho sofre profundas alterações, levando a uma desagregação das formas tradicionais de articulação da produção familiar;
- c) a variável ambiental passa a ser um elemento decisivo no âmbito das novas políticas de desenvolvimento rural, uma vez que o uso intensivo dos chamados “insumos modernos” promoveu uma ruptura na harmonia que reinava entre as explorações agrícolas e a preservação dos recursos naturais;

¹ Abramovay (2000) argumenta que as fronteiras que delimitam o rural são insatisfatórias e a forma administrativa usada no Brasil apresenta sérias restrições. Um aspecto negativo desta forma de delimitação do espaço rural é o fato de que este tende a ser definido pela carência, já que basta um aglomerado populacional ser atendido por serviços públicos para que seja considerado urbano. Neste sentido, o desenvolvimento do meio rural passa a ser entendido como sinônimo de urbanização.

- d) o sistema agroalimentar passa a ser dominado por grandes empresas que se organizam e operam em escala mundial, tendo em vista a emergência e a consolidação de uma nova ordem econômica embasada na desregulamentação dos mercados e na concentração de capitais;
- e) as políticas agrícolas do pós-guerra estão passando por constantes reformulações, sobretudo na Comunidade Européia e nos Estados Unidos, com o objetivo de se adequarem a esse novo contexto sócio-econômico”. (Mattei, 2003, p.6-7).

Este “novo rural”, como explica Graziano da Silva (1999), embora não se possa negar a “força do agrário”, combina um conjunto de atividades de subsistência e uma agropecuária moderna agroindustrial, que convivem com atividades não-agrícolas e outras ligadas a nichos de mercado antes sem importância econômica, que foram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Neste contexto, amplia-se a dimensão do que tradicionalmente se entende por rural, não mais sendo possível entendê-lo a partir das relações de produção e métodos produtivos tradicionais, sendo necessário considerar as novas funções e os novos métodos produtivos dinamizadores do “novo rural”.

Neste momento cabe destacar que com esta nova dinâmica, fruto da industrialização, a população rural passa a não mais encontrar ocupação nas atividades estritamente agrícolas, muitas delas antes intensivas em mão-de-obra, agora mecanizadas. São forçadas, portanto a buscar novas ocupações dentro ou fora do espaço rural. As atividades estritamente agrícolas passam a ser realizadas por menos “braços”. Uma das soluções para o excedente de mão-de-obra remete à conformação das “famílias pluriativas”, onde numa mesma família pode-se identificar pessoas ocupadas em ramos de atividade bem distintos que buscam alternativas de fontes de renda muitas vezes fora do âmbito da agricultura. Desta forma, o impacto dessa escassez de trabalho no meio rural só não é maior devido à absorção do trabalhador em vários outros ramos de atividade, como os ramos da indústria de transformação, de prestação de serviços, da indústria de construção, entre outros (Graziano da Silva, 1999).

Já Mattei (1999), ao analisar a nova dinâmica do trabalho rural em Santa Catarina, identifica tendência de crescimento destas ocupações rurais não agrícolas (ORNAS), como são chamadas.

Em síntese, para ocupar essa lacuna aberta pela mudança da base técnica da produção agrícola, a população busca novas opções em ORNAS, e o meio rural, que antes era baseado exclusivamente na agricultura, passa a adquirir novas funções passando a oferecer lazer, segurança e moradia para a proliferação de pessoas dispersantes das áreas urbanas.

3.2 – Justificativa

O desenvolvimento alcançado na agricultura brasileira nas últimas décadas do século XX e as intensas transformações estruturais ocorridas nos processos produtivos, principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960, impactaram diretamente as relações de trabalho no meio rural. Observa-se um processo de especialização dos trabalhadores que gradualmente foram se integrando à nova dinâmica, agora não mais dada pelas formas tradicionais de produção, mas determinadas por métodos modernos, no âmbito dos complexos agroindustriais. Santa Catarina insere-se no contexto nacional. E, embora apresente peculiaridades historicamente construídas, sofre também os impactos das transformações que ocorrem no âmbito nacional.

Desta forma justifica-se este estudo, pela necessidade de acompanhamento e mensuração dos efeitos destas transformações em curso no mundo do trabalho rural catarinense.

Buscou-se com este estudo a atualização da análise da evolução das ocupações rurais não-agrícolas das pessoas catarinenses até o ano de 2001, a partir dos ramos de atividade do trabalho principal, dos setores de atividades da população rural não-agrícola e da posição na ocupação.

O projeto do orientador, intitulado “Transformações no mundo do trabalho catarinense nos anos 90”, envolve dois sub-projetos: um referente às novas formas de ocupações rurais e o outro que trata das transformações do mercado de trabalho urbano, ambos restringindo-se ao estado de Santa Catarina no mesmo período.

3.3 – Objetivos.

No presente estudo objetivou-se a atualização da análise das transformações do mundo do trabalho rural em Santa Catarina no período de 1992 a 2001, sob a ótica da literatura especializada e a partir dos dados das últimas PNADS, retabulados no âmbito do projeto RURBANO. Este estudo compõe o projeto do Professor Lauro Mattei, intitulado “Transformações no mundo do trabalho catarinense nos anos 90”, que analisa também as transformações no trabalho urbano para o período.

O objetivo geral foi analisar os impactos causados pelas transformações estruturais decorrentes do um processo de dinamização da lógica produtiva iniciada, principalmente, a partir

das décadas de 1950 e 1960 no Brasil sobre o trabalho no meio rural em Santa Catarina no período que envolve os anos de 1992 e 2001.

Buscamos alcançar este objetivo geral a partir dos seguintes objetivos específicos:

- (i) No que se refere à base de pessoas como unidade de referência, será realizada a atualização da análise da evolução das ocupações rurais não-agrícolas das pessoas catarinenses até o ano de 2001, referenciando-se aos ramos de atividade do trabalho principal, aos setores de atividades da população rural não-agrícola, às ocupações rurais não-agrícolas e, finalmente, a posição na ocupação.
- (ii) No que se refere às famílias, estas são classificadas segundo a metodologia desenvolvida pelo “Projeto Rurbano”, apresentada no item 3 deste relatório. A análise da nova dinâmica do trabalho rural em Santa Catarina, objeto deste estudo, é feita sobre os dados segundo o local de domicílio, os diferentes tipos de famílias, o número de pessoas ativas, o número médio de pessoas ativas por famílias extensas e o nível de renda familiar².

4 - MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em questão situa-se no âmbito do curso de Ciências Econômicas, área específica de Economia Agroindustrial. Esta localização ajuda na definição do caráter do assunto. Segundo Alonso (1998), o caráter do objeto em observação pode ser teórico, empírico ou histórico. O autor explica que esses três tipos de estudos encontram-se inevitavelmente interligados, sendo que um estudo empírico não pode ser feito sem uma base teórica e um estudo histórico não pode ser feito sem constatações empíricas.

Assim, a fim de esclarecer a metodologia que aqui se aplica, classificamos a observação inicialmente como sendo de caráter empírico quantitativo, uma vez que já existem disponíveis estudos realizados por outros autores com modelos previamente estabelecidos³ que apresentam a problemática em questão, através da manipulação de dados que identificam padrões genéricos de comportamento. A pesquisa utiliza dados dentro da lógica de um corte temporal que compreende o período entre 1992 e 2001. Além do caráter empírico, este sub-projeto também se caracteriza

² Na presente pesquisa não foi possível realizar este objetivo específico (item ii). As razões estão justificadas em carta anexa redigida pelo orientador, Professor Lauro Mattei.

³ Um exemplo pode ser citado pelo livro “O Novo Rural Brasileiro”, de José Graziano da Silva, que serve de referência na execução deste sub-projeto.

pelo estudo histórico, pois combina uma investigação teórica e empírica. A revisão da literatura que envolve o assunto é explicada pelo fato do projeto ter base em pesquisas bibliográficas, que tende a ter sua perspectiva teórica confirmada após a análise descritiva dos dados.

A pesquisa, além de permitir a revisão de literatura sobre o tema, permitiu a mensuração do comportamento do mercado de trabalho rural no estado de Santa Catarina, entre 1992 e 2001. Para tanto, a coleta de dados secundários teve como fonte a pesquisa “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, pesquisa que busca analisar as transformações no emprego do meio rural em onze unidades da federação e realiza-se no âmbito do "Projeto Rurbano" - rede nacional de pesquisa localizada no Instituto de Economia da UNICAMP, coordenado pelo professor José Graziano da Silva, contando com a participação do Professor Lauro Mattei, responsável pela análises das informações de Santa Catarina.

Os dados envolvidos neste projeto são observados através da metodologia desenvolvida especialmente nessa pesquisa, levando em consideração as alterações realizadas no Censo Demográfico no ano de 1991 e das PNADs em 1992, em que buscava-se localizar melhor a população e melhor analisar as mudanças na delimitação do perímetro urbano. Do ponto de vista da situação dos domicílios, a partir desse Censo as unidades territoriais foram classificadas da seguinte forma: áreas urbanizadas, urbanas não-urbanizadas ou isoladas quando se refere às áreas urbanas; já em relação às áreas rurais a classificação segue como rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleo e outros) e rural exclusive⁴ (Mattei, 1999). Do ponto de vista da posição na ocupação, as famílias são divididas nas seguintes categorias: famílias por conta-própria, de trabalhadores assalariados, famílias não-ocupadas, empregadoras com até dois empregados e empregadoras com mais de dois empregados. Dessa forma, Graziano da Silva (1999) destaca um novo tipo de classificação das famílias. As famílias constituídas somente por membros que trabalham em atividades exclusivamente agropecuárias são consideradas famílias agrícolas, sendo as famílias não-agrícolas aquelas em que todas as pessoas se envolvem somente em atividades não-agropecuárias e, por fim, as famílias pluriativas são aquelas nas quais pelo menos um dos membros tem seu trabalho fora da agricultura.

Segundo Mattei (2003), a análise dos microdados processados pelo “Projeto Rurbano”, a partir de 1992, foram analisados a partir de dois cortes estatísticos. “O primeiro corte separou as

⁴ A agregação das áreas urbana não-urbanizada e urbana isolada, bem como das áreas rural povoado, rural núcleo e rural outros (em rural aglomerado) deveu-se à baixa representatividade estatística de cada área isoladamente e a similaridade das suas definições.

informações, de acordo com a área censitária, em regiões metropolitanas e não-metropolitanas, com o objetivo de isolar os efeitos das áreas metropolitanas sobre as demais áreas. O segundo corte organizou as informações, de acordo com a situação domiciliar, em quatro situações distintas”(Mattei, 2003, p.14), quais sejam, áreas urbanas exclusive, áreas periféricas, áreas de distritos e de povoados, áreas rurais exclusive.

As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) a partir de 1992 sofrem modificações que impedem a comparação dos dados com os obtidos em períodos anteriores. Desenvolveu-se, então, no âmbito do Projeto Rurbano, metodologia que permitiu reconstituir os dados da forma como vinham sendo apresentados até então. Desta forma, a denominação “PEA Restrita” que aparece no título das tabelas apresentadas neste relatório, indicam uma distinção com relação aos dados das PNADs após 1992, que são classificadas no âmbito do projeto como “PEA Ampliada” (Mattei, 2003).

No caso de Santa Catarina cabem duas observações. Uma refere-se ao fato de não existir no estado região metropolitana, não fazendo sentido o corte metropolitano e não-metropolitano neste caso. Outra diz respeito à baixa influência dos novos critérios das PNADs, uma vez que, segundo Mattei (2002),

“a maior parte das pessoas que foram incorporadas à PEA pelos novos critérios do IBGE era formada por jovens em idade escolar e por cônjuges, em sua maioria do sexo feminino, que se dedicavam prioritariamente ao cultivo de verduras e à criação de aves, atividades típicas das famílias que estão voltadas quase que exclusivamente à produção para subsistência básica. (Mattei, 2002, p.8).

Neste sentido, as séries históricas adotadas referem-se ao conceito de PEA restrita, e utiliza-se dados das PNADs de 1992 e 2001, o que permite da melhor forma analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho rural na década de 90.

5 – Resultados e discussão.

5.1 – Evolução do emprego rural catarinense de 1992 a 2001.

As transformações por que passa a economia Brasileira na última década – muitas destas iniciadas nas décadas anteriores – influenciaram significativamente a dinâmica do mercado de trabalho rural do estado.

Na década de 1990, o Brasil experimentou uma abrupta abertura comercial, o que expôs setores menos dinâmicos da economia do país – como os setores tradicionais da agricultura - à intensa competição internacional. Aliado a este fator tem-se o esgotamento dos instrumentos de política agrícola característicos do período denominado “modernização compulsória”, das décadas de 60 e 70, onde abundavam recursos subsidiados pelos Estado, para crédito, principalmente através do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído em 1965. Belik e Paulillo (2001) explicam que com o esgotamento do modelo de financiamento agrícola apoiado em recursos do Tesouro Nacional, a agropecuária passa a buscar recursos em segmentos privados. Estes, porém destinam-se sobretudo ao financiamento da agricultura moderna, que emprega cada vez menos braços.

A tabela 1 mostra a evolução da população ocupada para o período de 1992 a 2001, segundo a situação do domicílio e ramo de atividade. Os dados mostram que as ocupações urbanas, em 1992, representavam 63 % do total das ocupações, passando em 2001 a representar 78%. Isso indica um crescimento médio anual de 4,7% ao ano do número de pessoas ocupadas residentes em áreas urbanas. As ocupações rurais, por outro lado, apresentaram decréscimo, passando de 809 mil, em 1992, para 585 mil pessoas ocupadas em 2001.

Confirma-se, dessa forma, que os setores urbanos apresentam maior dinamismo, o que permite a manutenção do processo migratório do campo para a cidade. Neste sentido, como explicam Mattei & Lins (2001), o estado segue tendência nacional, em que as taxas de crescimento da população total vêm diminuindo, porém o processo de urbanização se mantém. A conformação de pólos regionais de concentração populacional e de dinamização econômica como são as cidades de Chapecó no oeste do estado, Criciúma no sul e Joinville no norte, por exemplo, aliado ao fato de não haver em Santa Catarina região metropolitana, não nos permite o corte analítico observável em outros estados da Federação, como é o caso do Rio Grande do Sul, onde o movimento populacional se dá de modo distinto nas regiões metropolitanas e não metropolitanas⁵. O que salta aos olhos nos últimos anos, porém, é o fato de que “entre os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional, a grande maioria se localiza na faixa litorânea do estado, o que evidencia uma tendência de concentração da população catarinense nesse espaço geográfico” (Mattei & Lins, 2001, p.19).

⁵ Sobre alteração demográfica no Rio Grande do Sul ver Schneider, 2003.

Nas ramos de atividades estritamente agrícolas, tanto para as pessoas ocupadas com residência rural quanto para as pessoas com residência urbana, as taxas de crescimento são negativas no período, sendo na primeira situação domiciliar da ordem de -4,5% ao ano e na segunda -4% ao ano. Neste sentido, as pessoas com domicílio urbano, ocupadas em atividades agrícolas vêm perdendo expressão, representando a cada ano menor parcela no total da PEA urbana. Desta forma, o meio urbano concentra cada vez mais as atividades de caráter estritamente não-agrícola.

Nas áreas rurais, embora as ocupações não-agrícolas tenham crescido nos primeiros anos do período de análise, no final do período estas ocupações também diminuem. De 1995 a 2001 perderam-se 32 mil ocupações. O que poderia ser considerado fator de redução do ritmo do processo migratório para as cidades no início da década de 1990, também vêm perdendo força, embora represente parcela sempre maior da PEA rural ocupada. Estas ocupações que respondiam em 1992 por cerca de 22% das ocupações rurais, passam em 2001 a responder por 29% destas. E o fato de a PEA rural apresentar queda menor do que a registrada na PEA agrícola, indica que parte da mão-de-obra liberada das funções agrícolas continua a residir em áreas rurais, passando a ocupar-se em atividades não-agrícolas.

Tabela 1: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Santa Catarina, 1992-2001.

ÁREA CENSITÁRIA	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	1992	1995	2001	taxas		1992/01	1995/01
					RAMO DE ATIVIDADE	(1.000)		
TOTAL		2.197	2.381	2.689	2,3	***	2,1	***
Urbano		1.388	1.612	2.105	4,7	***	4,5	***
	Agrícola	98	89	68	-4,0	***	-4,5	**
	Não-agrícola	1.290	1.522	2.037	5,2	***	5,0	***
Rural		809	769	585	-3,5	***	-4,5	***
	Agrícola	629	567	414	-4,5	***	-5,1	***
	Não-agrícola	180	202	170	-0,6		-2,8	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo teste "t".

O problema de delimitação dos espaços rurais não se apresenta de modo expressivo no caso de Santa Catarina, como podemos observar na tabela 2 abaixo. Esta apresenta as quatro novas situações domiciliares. As categorias Periferia e Distritos e Povoados concentravam em 2001 não mais que 3% do total da PEA do estado. As áreas rurais privadas, onde se dá a

produção agrícola e pecuária, é onde se localiza a quase totalidade das ocupações rurais não-agrícolas. O que torna as categorias Distritos e Povoados e periferia sem qualquer função explicativa.

No caso da categoria Periferia – que compreende as áreas limítrofes ao perímetro urbano – observa-se a crescente expansão de ocupações não-agrícolas, o que indica um processo de alargamento das cidades na última década, em que estas ocupações cresceram a taxas superiores a 20% ao ano.

Embora venha caindo a cada ano, o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas que residem em áreas urbanas é ainda expressivo, chegando em 2001 a 66 mil pessoas. Estas ocupações decrescem a uma taxa de cerca de -4,3% ao ano de 1992 a 2001, comportamento oposto ao observado para as ocupações não-agrícolas urbanas, em que as taxas foram positivas da ordem de 4,8% ao ano.

Tabela 2: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, nova situação do domicílio, e ramo de atividade. PEA Restrita, Santa Catarina, 1992-2001.

ÁREA CENSITÁRIA SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO RAMO DE ATIVIDADE	1992 (1.000)	1995 (1.000)	2001 (1.000)	Taxas			
				1992/01		1995/01	
				% ^a	***	% ^a	
Urbano exclusive	1.388	1.612	2.035	4,3	***	4,0	***
Agrícola	98	89	66	-4,3	***	-5,1	**
Não-agrícola	1.290	1.522	1.970	4,8	***	4,4	***
Periferia	12	10	64	20,0	***	35,8	***
Agrícola	-	-	2				
Não-agrícola	12	10	63	19,7	***	35,2	***
Distritos e Povoados	22	18	5	-15,0	***	-19,1	***
Agrícola	4	-	1	-19,4	**		
Não-agrícola	18	15	5	-14,2	***	-18,4	***
Rural privado	774	741	585	-3,1	***	-3,9	***
Agrícola	625	564	414	-4,5	***	-5,0	***
Não-agrícola	149	177	170	1,5		-0,6	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo teste "t".

5.2 – Os setores de atividade das ocupações não-agrícolas

Fruto de desenvolvimento histórico particular, Santa Catarina sempre se destacou pela presença significativa da produção familiar, desenvolvida em pequenos estabelecimentos rurais. Nas últimas décadas do século XX, porém, o setor agrícola catarinense teve que se ajustar às mudanças estruturais por que passa a economia brasileira, e adaptar-se às mudanças

impulsionadas por novas demandas, em uma economia dinamizada pelo setor industrial, o que exige a revisão do próprio conceito de desenvolvimento rural, em que este não pode mais ser visto como sinônimo de desenvolvimento agrícola, sob uma lógica puramente setorial⁶. Com a consolidação do modelo agroindustrial, a produção familiar passa a um processo de integração às indústrias de alimentos, sendo forçada a adaptar-se a novos processos e técnicas, ganhando produtividade e padronizando sua produção.

A tabela 3 apresenta os ramos de atividade que concentram maior número de pessoas domiciliadas no meio rural, ocupadas em atividades não-agrícolas. Os ramos das indústrias de transformação, comércio de mercadorias e de prestação de serviços se destacam, representando juntos cerca de 69% das ocupações em 2001, embora venham registrando taxas de crescimento negativas.

O ramo das indústrias de transformação é o que dá ocupação para o maior número de pessoas com domicílio rural, que em 2001 chegava a 62 mil pessoas. O ramo das indústrias da construção que apresentava crescimento positivo na primeira metade da década de 1990, encerra o período registrando taxa negativa da ordem de -7% ao ano, respondendo em 2001 por apenas 4% do total das ocupações não-agrícolas de pessoas residente em áreas rurais.

Tabela 3: População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais, segundo a área censitária da amostra. PEA Restrita, Santa Catarina, 1992-2001.

ÁREA CENSITÁRIA	1992	1995	2001	1992/01	1995/01
RAMOS DE ATIVIDADES	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% ^a	% ^a
TOTAL RURAL	180	202	170	-0,6	-2,8
Indústria de Transformação	75	85	62	-2,0	-5,2 *
Indústria da Construção	16	23	8	-7,3 *	-16,0 ***
Outras Atividades Industriais	3	6	2	-4,3	-15,5 *
Comércio de Mercadorias	22	11	24	0,9	14,1 ***
Prestação de Serviços	37	43	32	-1,4	-4,7
Serviços Auxiliares	4	-	7	7,2	##### ###
Transporte ou Comunicação	6	9	9	4,3	0,0
Serviços Sociais	11	17	17	4,3	-0,6
Administração Pública	5	6	5	1,4	-1,7
Outras Atividades	-	-	3	##### ##	##### ###

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo teste "t".

Dos ramos observados, apenas o ramo do comércio de mercadorias apresentava taxas negativas de crescimento na primeira metade do período de análise, sofrendo este forte impulso

⁶ Veja-se sobre isso Teixeira, 2003.

no momento seguinte. Pereira (2003) conclui, analisando o setor de serviços para o Brasil, que para as áreas rurais o seu crescimento é acentuado.

Observa-se, também, que a tendência de crescimento das ocupações não-agrícolas para a população com residência rural que se delineava até 1995, não se confirma no final do período.

A tabela 4 apresenta as atividades em que a PEA rural catarinense ocupava-se na década de 1990. O setor da construção destaca-se nesta década, registrando taxas positivas da ordem de 8% ao ano, diminuindo seu ritmo a partir de 1996. A alteração demográfica citada no item 5,1 deste relatório contribui para entender a evolução destas atividades, em que pese o crescimento da população nas cidades litorâneas do estado, exigindo a expansão da infra-estrutura básica nestas cidades.

Tabela 4 : Evolução da população ocupada segundo a área censitária e situação do domicílio, em atividades não-agrícolas. PEA restrita. Santa Catarina, 1992-1999

ÁREA	SETOR	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99	1996/99		
CENSITÁRIA PRINCIPAL		(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% ^a	% ^a		
TOTAL RURAL												
Não-agrícola												
	construção	16	16	23	27	20	24	29	7,9	***	3,2	
	emprego doméstico	21	16	22	28	20	20	26	3,5		-1,7	
	indústria vestuário	5	5	7	6	6	13	16	15,9	***	43,1	**
	indústria alimentos	6	3	10	12	9	9	13	15,1	***	2,0	
	indústria de madeiras	12	9	13	11	14	9	12	0,8		-0,6	
	produtos plásticos	3	6	7	9	4	10	10	12,5	**	15,3	
	produtos de fibra	15	19	17	19	20	12	10	-5,6		-22,8	**
	administração municipal	-	5	-	6	7	7	9			11,8	**
	indústria transformação	6	9	5	8	8	10	9	6,5	*	7,7	*
	fabr. móveis	6	5	6	6	11	-	9				
	estab. ensino público	6	9	9	13	7	8	7	-0,2		-15,4	
	alfaiataria	-	4	-	5	6	7	7			13,8	**
	papel e papelão	7	6	5	6	5	4	6	-4,3	*	-2,6	
	transporte de carga	5	7	7	6	5	-	5				
	indústria -metais	5	-	5	4	4	4	5			8,9	***
	Sut-total	111	119	134	165	147	135	174	5,4	***	0,7	
	Total	180	175	202	245	213	202	245	4,1	***	-0,5	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão

log-linear contra o tempo.

Obs: "-" indica menos de seis observações na amostra.

As indústrias de vestuário e a de alimentos são as que apresentam as maiores taxas de crescimento na década. Considerando o período de 1992 a 1999, as ocupações na indústria do vestuário crescem a uma taxa anual próxima a 16% ao ano e acentua seu crescimento a partir de

1996, em que alcança taxas da ordem de 43% ao ano. Como pode ser observado na tabela 5, as ocupações na indústria do vestuário sofrem um incremento, em termos absolutos, da ordem de 11 mil pessoas.

Tabela 5: Relação dos setores que mais crescem e decrescem, nas Atividades rurais não-agrícolas. PEA restrita. Santa Catarina, 1992-1999.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	SETORES	1999-1992 (1.000)
TOTAL RURAL		
Não-agrícola		
Setores que mais crescem		
	construção	12,7
	industria vestuário	11,2
	indústria alimentos	7,7
	produtos plásticos	7,1
	administração municipal	6,5
	alfaiataria	6,4
	industria transformação	3,7
	transporte público	3,5
	comércio art construção	3,5
	agenc de mão de obra	2,3
	serviços de saúde públic	2,3
Setores que mais decrescem		
	produtos de fibra	-5,4
	supermercados	-2,8

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

Obs: "-" indica menos de seis observações na amostra.

As atividades ligadas ao setor de serviços nas áreas rurais do estado, seguindo tendência nacional, apresentam taxas de crescimento positivas na última década. Exemplo disso é o caso do emprego doméstico, que em 1992 dava ocupação para 21 mil pessoas e encerra a década com 26 mil pessoas ocupadas. Pereira (2003), observa que:

“Sendo o meio rural também uma nova opção de moradia (de classes médias e altas), as famílias tendem a procurar empregadas nos arredores. Além disto, temos uma parte de empregadas domésticas que são filhas dos agricultores e se interessam em sair das atividades do campo e a buscar emprego nas cidades. Esta é uma nova forma de ocupação destas habitantes do meio rural que agora trabalham nas cidades” (Pereira, 2003, p.12)

Os setores ligados ao serviço público também se expandem nos últimos anos. No caso da administração Municipal, notou-se um aumento de 6,5 mil pessoas ocupadas; no transporte público o incremento foi de 3,5 mil pessoas ocupadas; e o serviços de saúde pública aumentou

em 2,3 mil pessoas até o final da década de 90. Estes dados indicam uma expansão destes serviços nas áreas rurais nos últimos anos.

5.3 – As principais ocupações não-agrícolas

Na tabela 6, podemos observar as categorias ocupacionais da PEA rural catarinense na década de 90. Nas ocupações agrícolas a categoria trabalhador rural se destaca, representando em 1999 57% do total destas ocupações. Destaca-se também a categoria agricultor conta própria, característico da agricultura familiar do estado, que encerrou a década com 165 mil pessoas ocupadas. Estas duas “categorias ocupacionais” apresentam taxas de crescimento negativas no período, sendo a função de operador agrícola a única que apresenta leve crescimento, cerca de 2,5% ao ano, que pode ser explicado pelo processo de mecanização da agricultura catarinense que se mantém e comprova a continuidade da modernização da agricultura.

Para as atividades rurais não-agrícolas, destacam-se profissões cujo exercício caracteriza-se pela baixa qualificação exigida, que são tradicionalmente de baixa remuneração. Neste caso destaca-se a profissão de pedreiro, que apresenta taxas de crescimento anual da ordem de 10% ao ano, na década de 1990. Atividades ligadas ao setor de serviços também se expandem, como é o caso dos serviços domésticos, que davam ocupação a 17 mil pessoas, em 1999.

Mais uma vez evidencia-se a presença cada vez maior de atividades comuns do meio urbano, executadas por pessoas domiciliadas no meio rural do estado. Isto se dá, de certo modo, por consequências do processo de urbanização por que passam os espaços rurais.

Confirma-se, neste sentido, o que já afirmamos no item 3.1.3 deste relatório, que os espaços rurais já não podem ser entendidos a partir das relações de produção e métodos produtivos tradicionais, de caráter eminentemente agrícola, tornando-se necessário considerar as funções tradicionalmente urbanas que hora ganham destaque no meio rural do estado. Funções estas que resultam das novas demandas das populações urbanas, do avanço da modernização da agricultura e das novas funções que passam a ter os espaços rurais.

Tabela 6: Evolução das principais ocupações das pessoas ocupadas, segundo a área censitária, situação do domicílio e ramo de atividade. PEA restrita. Santa Catarina, 1992-1999.

ÁREA	OCUPAÇÃO	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99	1996/99
CENSITÁRIA	PRINCIPAL	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% ^a	% ^a
TOTAL RURAL										
Agrícola										
	trabalhador rural	382	405	345	315	314	307	269	-5,1 ***	-4,9 *
	agricultor conta própria	202	192	178	191	160	163	165	-3,1 ***	-4,0
	ajudante diversos	23	-	-	-	-	-	12		
	operador agrícola	7	8	15	8	11	10	8	2,5	-1,1
	empregado agrícola	7	5	10	-	8	5	5		
	sub-total	621	610	548	513	493	485	458		
	TOTAL	629	617	567	528	501	494	466	-4,4 ***	-3,8 ***
TOTAL RURAL										
Não-agrícola										
	Pedreiro	8	10	8	18	14	14	18	10,5 ***	-0,5
	serviços domésticos	16	10	15	20	16	13	17	2,8	-6,4
	costureiro alfaiate	6	9	9	11	10	12	16	12,2 ***	16,5 *
	Diversos	6	5	6	11	12	8	10	11,4 ***	-6,0
	Motorista	11	10	13	12	13	7	10	-1,9	-9,3
	ajudante diversos	7	10	4	8	9	-	9		
	balconistas atendentes	5	10	-	8	7	5	9		0,2
	técnicos industriais div	5	3	4	8	7	10	8	13,2 ***	4,1
	servente faxineiro	6	4	7	8	5	7	4	-0,7	-14,6
	Sub-total	70	71	66	104	93	76	101		
	TOTAL	180	175	202	245	213	202	245	4,1 ***	-0,5

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão

Log-linear contra o tempo.

Obs: "-" indica menos de seis observações na amostra.

5.4 – A posição na ocupação.

A tabela 7 mostra a evolução das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas segundo a posição na ocupação, para a década de 1990. Para as atividades agrícolas, destacam-se os trabalhadores não remunerados, que em 1999 respondiam por 50% das ocupações agrícolas. Os trabalhadores conta-própria, respondiam no mesmo ano por cerca de 35% destas ocupações. Os trabalhadores Empregados, que em 1992 eram cerca de 66 mil, encerram a década com pequena queda, ocupando-se nesta situação 59 mil pessoas em 1999. Nas três categorias registraram-se taxas de crescimento negativas, sobretudo para os não remunerados foi de -6% ao ano.

Tabela 7: População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Santa Catarina, 1992-99. População de 10 anos ou mais.

ÁREA CENSITÁRIA	1.992	1.993	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	Taxa 1992/99	taxa 1996/99		
SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% ^a	% ^a		
RAMOS DE ATIVIDADES	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% ^a	% ^a		
RURAL TOTAL	809	792	769	772	715	695	711	-2,1	***	-2,7	
Agrícola	629	617	567	528	501	494	466	-4,4	***	-3,8	***
Empregados	66	70	81	62	71	83	59	-0,2		0,5	
empregados	66	70	81	62	71	83	59	-0,2		0,5	
trab.doméstico	-	-	-	-	-	-	-				
Conta-Própria	202	192	179	172	160	163	165	-3,2	***	-1,0	
Empregadores	10	9	18	4	12	6	8	-5,3		18,1	
Não remunerados	350	346	289	267	259	241	234	-6,1	***	-4,6	***
Sem declaração	-	-	-	23	-	-	-				
Não-Agrícola	180	175	202	245	213	202	245	4,1	***	-0,5	
Empregados	151	135	169	190	169	162	204	4,1	**	1,6	
empregados	130	119	147	162	149	142	177	4,2	***	2,2	
trab.doméstico	21	16	22	28	20	20	26	3,5		-1,7	
Conta-Própria	23	30	26	43	31	32	32	4,2		-8,2	
Empregadores	-	-	7	5	6	6	7			11,8	*
Não remunerados	3	8	-	7	7	-	-				
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-				

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Setembro/2000.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs: "-" indica menos de seis observações na amostra.

No caso das ocupações não-agrícolas, destacam-se os trabalhadores empregados, condição na ocupação que apresentou na década crescimento da ordem de 4% ao ano. Destes, em 1999, cerca de 14% eram trabalhadores domésticos. Neste mesmo ano, os trabalhadores conta-própria representavam cerca de 13% das atividades rurais não-agrícolas.

6 – CONCLUSÕES

Com a modernização da agricultura seguindo seu curso, novas dinâmicas econômicas se apresentam provocando alterações diversas no mundo do trabalho rural no Brasil. A exemplo do que ocorre no país, Santa Catarina sofreu significativas mudanças demográficas, econômicas e conseqüentemente ocupacionais, nas últimas décadas do século XX.

Os dados apresentados neste relatório, para o período compreendido entre os anos de 1992 e 2001, evidenciam os resultados do modelo de desenvolvimento adotado para o estado, no que tange aos seus espaços rurais.

Na análise das ocupações não-agrícolas até 2001, conclui-se que estas evoluem de dois modos distintos, crescendo na primeira metade do período de análise e estagnando seu crescimento no momento seguinte. Estas ocupações não-agrícolas em termos absolutos vêm expandindo sua participação na PEA rural catarinense. Dado o seu comportamento oposto em relação ao movimento da PEA agrícola, confirma-se o maior dinamismo destas ocupações em relação às de caráter agrícola. Estas apresentaram, em todo o período, analisado acentuadas taxas negativas de crescimento.

Dentre os ramos de atividade em que se concentra a PEA rural não-agrícola do estado, destacam-se os da indústria de transformação, que nos anos observados era responsável pela maior parte das ocupações, encerrando o período com aproximadamente 36% do total destas. O comércio de mercadorias e o setor de prestação de serviços também ocupam contingente expressivo de pessoas, chegando em 2001 a representar 14% e 18% do total destas ocupações, respectivamente.

Especificamente para a década de 90, podemos notar que os setores como o da construção, emprego doméstico e atividades ligadas ao serviço público apresentaram expansão considerável. As ocupações não-agrícolas criadas neste período caracterizaram-se, eminentemente, pela exigência de baixa qualificação profissional, como são as funções de Pedreiro e do emprego doméstico.

Com relação a posição na ocupação, para as atividades agrícolas destaca-se os trabalhadores conta-própria e não remunerados, característicos na agricultura familiar de Santa Catarina. Para as ocupações não-agrícolas, destacam-se os empregados, que representam a maior parcela das ocupações não-agrícolas geradas no período no estado de Santa Catarina.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. Mercado de trabajo, flexibilización y nuevas formas de regulación. Campinas, SP: IE.CESIT.UNICAMP, 2000. 43p. (Cadernos do CESIT, nº 29).

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 37P. (texto para discussão, nº 702).

ALONSO, J.A.F. Como fazer um projeto de pesquisa. In: BÊRNI, Duílio de Ávila (Coord.). Técnicas de Pesquisa em Economia. Florianópolis: Ed. Ganges, 1998.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, 155 p.

ARIENTI, W. Do Estado Keynesiano ao Estado Shumpeteriano. Revista de Economia Política, São Paulo, vol.23, nº 4. p.97-113, outubro-dezembro/2003.

BELIK, Walter. Indústria rural e emprego. In: III SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, Campinas/SP,2003. NEA/IE/UNICAMP, 2003. 60p.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In.: Leite, Sérgio (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto alegre: ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. p. 95-120.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. São Paulo: Vozes, 1998.

DEL GROSSI, M.D.; GRAZIANO DA SILVA, J. Novo Rural: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto agrônômico do Paraná, 2002, v.1, 53p.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: IE.UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. 2ª ed. Campinas, SP: IE.UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

HOBBSAWM. E. Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991.2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. (Organizadores). Agricultura e políticas públicas. 2ª ed. IPEA, 1996, p.113-221.

MATTEI, L.; DOS SANTOS JÚNIOR, J. A. Turismo rural em Santa Catarina. In: III SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, Campinas/SP,2003. NEA/IE/UNICAMP, 2003. 94p.

MATTEI, L. Novas dimensões Sócio-Econômicas do espaço rural brasileiro. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2000. 17p. (Texto para discussão, nº 04).

MATTEI, L.; LINS, Hoyêdo Nunes. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, nº 08).

MATTEI, L. Pluriatividade e desenvolvimento rural em Santa Catarina. 1999. Tese de doutorado em Economia - IE/UNICAMP, Campinas/SP.

MATTEI, L. A evolução do emprego agrícola no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v.4).

MATTEI, L. O comportamento do emprego rural catarinense no final do século XX. Desafio. Campo Grande, v. 3, n. 5, p.5-14, Jan./Jun. 2002.

MATTOSO, J.E.L.; BALTAR, P. E.de A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Campinas: CESIT.IE.UNICAMP, 1996. (Cadernos do CESIT, nº 21).

MATTOSO, J. O Brasil desempregado. 2º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, 47 p.

PEREIRA, Christian Freitas. O setor de serviços na área rural. In: III SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, Campinas/SP,2003. NEA/IE/UNICAMP, 2003. 23p.

PRIEB, Rita Inês Pauli. presença de pluriatividade na agricultura familiar articulada ao complexo fumageiro gaúcho. In: III SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, Campinas/SP,2003. NEA/IE/UNICAMP, 2003. 31p.

POCHMANN, M. Balanço de duas décadas do emprego no Brasil. Formação, Brasília, v.2, n.6, paginas 5 – 14, setembro/dezembro de 2002.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Ocupação e renda de famílias rurais da região serrana do estado do Rio de Janeiro. In: III SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO, Campinas/SP,2003. NEA/IE/UNICAMP, 2003. 42p.